

Odebrecht diz que lei permite contribuições para campanhas

por Fátima Belchior
do Rio

O advogado da Organização Odebrecht, Nélio Machado, confirmou ontem que o grupo estava elaborando e discutindo internamente uma lista de nomes de políticos os quais poderia apoiar com recursos em campanhas eleitorais. "A Odebrecht não quer esconder que ajudou ou vai ajudar", comentou ele, justificando-se que se trata de um procedimento legal, "pois as leis eleitorais permitem contribuições para campanhas".

Sem referir-se a nomes, com o argumento de que desconhece a lista dos políticos que seriam apoiados com recursos do orçamento da empresa no próximo ano, Machado informou que não houve consulta prévia aos que estão sendo citados. A lista foi elaborada levando em conta indicações dos representantes regionais da empresa, e o objetivo final, segundo ele, era atender aos interesses da empresa de ter a melhor representatividade na classe política."

Machado revelou desconhecer o teor dos documentos que foram encontrados na casa de diretor da Odebrecht, Airton Reis, e que indicam o conhecimento da empresa para todo o processo de orçamento da União.

Segundo Machado, como a Organização Odebrecht tem entre 80 e 90% de suas atividades voltadas para o setor público, considera "seu direito inalienável o acompanhamento do orçamento da União". Ele justifica com o fato de o governo ser um crônico devedor da empresa. Para melhor conhecer os documentos, Machado estará amanhã em Brasília. Numa etapa posterior, funcionários serão ouvidos.

Machado também não aceita a acusação de que a Odebrecht faça parte de um "esquema paralelo" ao do governo ou do Legislativo para interferir no Orçamento da União. "Não existe esquema paralelo algum. O mercado de ativi-

dade da Odebrecht é competitivo. Daí, imaginar-se associação com outras empresas para se atingir objetivo comum é uma abstração divorciada da realidade", comentou.

A seguir a íntegra da nota distribuída pela empresa à imprensa:

A Odebrecht reafirma que considera seu direito inalienável o acompanhamento do Orçamento da União.

Esclarece que esta postura se tornou necessária e imperativa, a partir do momento em que o Estado contratante deixou de saldar seus compromissos com fornecedores e prestadores de serviço, o que passou a nos impedir de realizar obras sem que nos certifiquemos da respectiva cobertura orçamentária.

Não entendemos como somos acusados de corruptores, se somos credores de Governo nos níveis Federal, Estadual e Municipal em mais de meio bilhão de dólares. Que poder é este, a nós atribuído, que nos obrigou a captar recursos, inclusive no exterior, para fazer face a compromissos que nos orgulhamos de nunca ter deixado de honrar, apesar da inadimplência dos Governos?

Quanto à lista de políticos divulgada por parlamentares da CPI do Orçamento, estamos tranquilos porque temos a certeza de não haver praticado nenhuma atividade que não seja legítima. As ilações e conclusões que estão sendo extraídas dos documentos apreendidos são absolutamente impróprias e indevidas e fruto de interesse político de quem deseja causar a uma perturbação nacional.

Consideramos covardia o fato de um Senador da República, respaldado em sua imunidade parlamentar, trazer a público documentos elaborados por terceiros, sem antes convocá-los para a devida explicação. É inaceitável a exploração político-ideológica das informações neles contidas com o objetivo de satisfazer ambições pessoais e atingir a vida e a honra de cidadãos.

Se esperamos que neste momento o Congresso trabalhe pelo processo de depuração política no Brasil, e por princípios éticos, da mesma forma deve o Congresso zelar pelo respeito aos direitos e garantias individuais estabelecidos na Constituição.

Assim que tivermos acesso à toda documentação, estaremos disponíveis, como sempre afirmamos, para, na devida ocasião, prestar todos os esclarecimentos solicitados.